

N.F. Nº - 232185.0006/21-2  
NOTIFICADO - BRASMÁQUINAS COMÉRCIO DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS E IRRIGAÇÃO LTDA  
NOTIFICANTE - MARCOS GOMES LOPES  
ORIGEM - INFAZ SERTÃO PRODUTIVO  
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 03.01.2022

## 6ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO JJF Nº 0436-06/21NF-VD

**EMENTA:** ICMS. CRÉDITO FISCAL. ANTECIPAÇÃO PARCIAL. APROPRIAÇÃO A MAIOR. Contribuinte comprova ter realizado recolhimento extemporâneo de parte da exigência fiscal. Comprovada utilização indevida de crédito fiscal. Pertinente a exigência de multa e acréscimos moratórios. Instância única. Notificação Fiscal **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

## RELATÓRIO

A Notificação Fiscal em epígrafe, lavrada em 31/03/2021, exige do Notificado ICMS no valor histórico de R\$6.997,49, mais multa de 60%, em decorrência do cometimento da seguinte infração:

Infração 01 – 01.02.74 – Utilizou a maior crédito fiscal do ICMS, referente à antecipação parcial de mercadorias adquiridas de outra unidade da federação ou do exterior. Conforme DEMONSTRATIVO CRÉDITO INDEVIDO inserto.

Enquadramento Legal: art. 31 da Lei 7.014/96 c/c art. 309, inciso II, art. 314 e art. 315 - RICMS, aprovado pelo Dec. 13.780/12.

Tipificação da Multa: alínea “a”, inciso VII do art. 42 da Lei 7.014/96.

Inicialmente, cumpre sublinhar que o presente relatório atende às premissas estatuídas no inciso II do art. 164 do RPAF-BA/99, sobretudo quanto à adoção dos critérios da relevância dos fatos e da síntese dos pronunciamentos dos integrantes processuais.

O Notificado apresenta peça defensiva, com anexos, às fls. 14 a 32, inicialmente reproduzindo o conteúdo da acusação fiscal. Para, em seguida, afirmar que os valores utilizados como crédito fiscal de ICMS referente à antecipação parcial de mercadorias foram usados corretamente, conforme guias de pagamento da antecipação e livros fiscais de apuração da empresa, com data de ocorrência em 28/02/2016, totalizando o valor de R\$6.935,55. Salienta que a data do pagamento foi anterior à data da lavratura da Notificação.

Esclarece que os pagamentos referentes ao ICMS, apurado mensalmente nos livros fiscais, os quais serviram de base para o presente lançamento encontram-se quitados, conforme cópia em anexo.

Finaliza a peça defensiva requerendo a improcedência do lançamento.

Na Informação Fiscal (fls. 36 e 36v), o Notificante inicialmente reproduz a acusação fiscal e a defesa apresentada. Prossegue esclarecendo que a infração trata de duas datas de ocorrências: 1) 30/08/2016, sobre a qual o Contribuinte ficou silente, implicando reconhecimento tácito, e 2) 28/02/2017, sobre a qual o Contribuinte alegou recolhimento. Contudo, ao examinar os dois DAEs anexos às fls. 20/21 pelo Impugnante, verifica-se que as datas de pagamento foram 02/03/2017. Conclui que na data de ocorrência (28/02/2017), o ICMS Antecipação Parcial não estava pago. Até então inexistindo direito ao crédito, nos termos do art. 309, inciso II do RICMS/BA.

Finaliza a informação opinando pelo julgamento da procedência da ação fiscal.

Distribuído o Processo Administrativo Fiscal - PAF para esta Junta, fiquei incumbido de apreciá-lo. Entendo como satisfatórios para formação do meu convencimento os elementos presentes nos autos, estando o PAF devidamente instruído.

## VOTO

A Notificação Fiscal em lide exige ICMS no valor histórico de R\$6.997,49 e é composta de 01 (uma) infração detalhadamente exposta no Relatório acima, o qual é parte integrante e inseparável deste Acórdão.

A acusação fiscal trata da utilização a maior de crédito fiscal do ICMS, referente à antecipação parcial de mercadorias adquiridas de outra unidade da Federação ou do exterior.

Cumpra destacar que a defesa foi ofertada dentro do prazo regulamentar, não se identificando aqui problemas de intempestividade. O lançamento de ofício e o processo administrativo fiscal dele decorrente estão revestidos das formalidades legais e não estão incursos em quaisquer das hipóteses do artigo 18 do RPAF-BA/99, para se determinar a nulidade do presente lançamento. Reverenciados o exercício do contraditório e da ampla defesa, sem arranjo aos demais princípios aplicáveis ao processo administrativo tributário.

Na presente Notificação Fiscal foram indicados de forma compreensível os dispositivos infringidos e a multa aplicada, relativamente às irregularidades apuradas, e não foi constatada violação ao devido processo legal.

Em síntese, o Notificado alega que os valores utilizados como crédito fiscal de ICMS, referente à antecipação parcial de mercadorias, foram usados corretamente, conforme guias de pagamento da antecipação e livros fiscais de apuração da empresa, com data de ocorrência em 28/02/2016, totalizando o valor de R\$6.935,55. Salienta que a data do pagamento foi anterior à data da lavratura da Notificação.

Finaliza a peça defensiva requerendo a improcedência do lançamento.

Na Informação Fiscal, o Notificante esclarece que a infração trata de duas datas de ocorrências: 1) 30/08/2016, sobre a qual o Contribuinte ficou silente, implicando reconhecimento tácito, e 2) 28/02/2017, sobre a qual o Contribuinte alegou recolhimento. Contudo, ao examinar os dois DAEs anexos às fls. 20/21 pelo Impugnante, verifica-se que as datas de pagamento foram 02/03/2017. Conclui que na data de ocorrência (28/02/2017), o ICMS Antecipação Parcial não estava pago. Até então inexistindo direito ao crédito, nos termos do art. 309, inciso II do RICMS/BA.

Finaliza a informação opinando pelo julgamento da procedência da ação fiscal.

Compulsando os documentos constantes dos autos, observo que a utilização a maior de crédito fiscal do ICMS, referente a operações de aquisição de mercadorias sujeitas ao regime da Antecipação Parcial do imposto, tiveram as seguintes datas de ocorrências 30/08/2016 e 28/02/2017 (fl. 01).

Verifico que em relação à primeira ocorrência, o Notificado nada asseverou na sua Impugnação, descabendo a análise de mérito, nos termos do art. 140 do RPAF-BA/99, a seguir transcrito.

*“Art. 140. O fato alegado por uma das partes, quando a outra não o contestar, será admitido como verídico se o contrário não resultar do conjunto das provas.”*

Quanto a segunda data de ocorrência (28/02/2017), o Defendente anexou dois comprovantes de recolhimento do ICMS Antecipação Parcial, no valor total de R\$6.935,55, concernentes ao mês de **Janeiro/2017**. Cabendo registrar que as quitações foram efetivadas na mesma data, qual seja, **02/03/2017**.

Note-se que, de fato, quando o Contribuinte utilizou créditos relativos a estas aquisições (**Fevereiro/2017**) o imposto ainda não havia sido pago, restando caracterizado o cometimento da infração apurada, haja vista o disposto no art. 309, inciso II, a seguir transcrito.

“Art. 309. Constitui crédito fiscal de cada estabelecimento, para compensação com o tributo devido em operações ou prestações subsequentes e para fins de apuração do imposto a recolher, salvo disposição em contrário:

(...)

II - o valor do imposto antecipado parcialmente pelos contribuintes cujo imposto seja apurado pelo regime de conta-corrente fiscal, cabendo a sua escrituração no quadro “Crédito do Imposto - Outros Créditos” do Registro de Apuração do ICMS, **no período em que ocorrer o recolhimento;**”(grifos nossos)

Entendo que, uma vez comprovado o recolhimento, persiste a aplicação da multa, consoante art. 42, inciso II, alínea “a”.

“Art. 42. Para as infrações tipificadas neste artigo, serão aplicadas as seguintes multas:

(...)

II - 60% (sessenta por cento) do valor do imposto não recolhido tempestivamente:

(...)

a) quando da utilização indevida de crédito fiscal;

Em suma, entendo pertinente a exigência do imposto, multa e acréscimos moratórios referentes à ocorrência de 30/08/2016, não contestada pelo Notificado. Assim como multa e acréscimos moratórios concernentes à ocorrência de 28/02/2017, conforme tabela abaixo.

DATA DE OCORRÊNCIA	ICMS	MULTA (60%)	ACRÉSCIMOS MORATÓRIOS
30/08/2016	R\$61,94	R\$ 37,16	R\$ 17,83
28/02/2017	----	R\$ 4.161,33	R\$ 1.564,66

Obs.: Valores históricos contidos no Demonstrativo de Débito, sujeitos aos acréscimos legais.

Nos termos expendidos, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 6ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE**, em instância ÚNICA, a Notificação Fiscal nº **232185.0006/21-2**, lavrada contra **BRASMÁQUINAS COMÉRCIO DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS E IRRIGAÇÃO LTDA**, devendo ser intimado o Notificado para pagamento de ICMS no valor de **R\$61,94**, multa prevista no art. 42, inciso II, alínea “a” e acréscimos moratórios estabelecidos na Lei nº 9.837/05, referente à ocorrência de 30/08/2016, assim como multa prevista no art. 42, inciso II, alínea “a” e acréscimos moratórios estabelecidos na Lei nº 9.837/05, concernentes à ocorrência de 28/02/2017.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 09 de dezembro de 2021.

ARIVALDO LEMOS DE SANTANA – PRESIDENTE/JULGADOR

EDUARDO VELOSO DOS REIS – RELATOR

JOSÉ CARLOS COUTINHO RICCIO – JULGADOR